EDUCAÇÃO ESPECIAL: LEITURA BRAILLER

Rosemeire Macedo dos Santos

O reconhecimento da comunicação dos surdos da LIBRA como primeira língua da comunidade está amparado pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. A Lei foi criada por meio da necessidade pela conquista de direitos dos surdos em sociedade: escola, igreja, trabalhos e outros que os induzam a conquistar independência, e o Brailler para cegos.

Observamos já no inicio do texto, quando a Lacerda (2000) fala sobre Surdez, linguagem e inclusão escolar que as pessoas surdas têm muitas dificuldades para ter uma boa relação com a língua do grupo social no qual está inserido, ocasionando a essas pessoas a baixa autoestima. Várias táticas metodológicas de ensino foram empregadas para minimizar este déficit, como o bilinguismo, apresentando como sua principal língua a de sinais e só após a majoritária.

Silveira (2006) nos revela que a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990), aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtiem – Tailândia, na década de 1990 muitos países admitiram a inclusão como tarefa essencial, muitos teóricos revelam que todos os educandos precisariam estudar em uma classe regular perto da sua casa e com auxílio para crianças deficientes, pois assim teríamos uma qualidade de ensino melhor.

No artigo “a inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência” Antia e Stinson (1999) fala que depois de adotarem a tarefa de conferir cursos a respeito da inclusão defendem que educandos surdos e ouvintes, professores e especialistas, precisam trabalhar unidos com atividades para amenizar as angústias dos estudantes, com a participação da sociedade.

Botelho (1998) e Lacerda (2000) afirmam que os estudantes surdos estão em desvantagem por não participarem da mesma forma linguística de seus amigos de sala e educadores, Laplane (2004) confia que os valores e princípios da educação inclusiva não devem esconder problemas que a própria confere.

Lacerda (200) fala que na entrevista a relação entre estudantes ouvintes e surdo não parece difícil, pois existem aceitação e compreensão de suas particularidades, mas não se parece continuamente fácil, tem enigmas de conhecimentos sobre a surdez e de concordância de algumas propriedades. No entanto, os aspectos mais complexos da relação são escondidos, surgindo somente no sentido implícito, compreendidos como mais simples.

Seguindo o pensamento de Vygotsky (2001), a linguagem é responsável pela regulação da atividade psíquica humana, pois que é ela que permeia a estruturação dos processos cognitivos. Deste modo, é conhecida como constitutiva do sujeito, pois libera influência mútua essencial para a construção do conhecimento. É por meio do contato com a linguagem que o sujeito se estabelece. Agora para as pessoas surdas, tem desvantagens com esse contato, podendo trazer efeitos emocionais, cognitivas e sócias.

E ainda Conforme nos revela Kassar (1999), as propostas de inclusão repensam a qualidade da deficiência existente na sociedade atual, onde a proposta está em aceitar os portadores de deficiência relacionam inteiramente da vida social e econômica, transmitindo à sociedade a obrigação de solicitar transformações em suas relações com seu ambiente físico, facilitando a adequação social destas pessoas.

Sassaki (1997) explica que as escolas inclusivas devem reconhecer e responder as diferentes necessidades dos alunos adaptar-se aos ritmos de aprendizagem e certificando a existência de uma educação de qualidade para todos por meio de um currículo adequado, com estratégias de ensino e uso de recursos correspondentes a necessidades do aluno.

De acordo com a entrevista, Lacerda (2000) explica que os professores que participam de processos de inclusão de alunos surdos, demonstram adeptos, eles falam que suas aulas acontecem normalmente, que a presença do aluno surdo e intérprete são naturalmente assimiladas no dia a dia na sala de aula, e que existe um bom relacionamento entre os estudantes e um bom rendimento geral do educando surdo.

Antia; Kreimeiyer, (2001) relata sobre as questões acerca do papel do intérprete educacional assinaladas nas entrevistas revelam que é necessário intensificar os estudos deste assunto, pois com diversas formas foi possível analisar o quanto esse desempenho é pouco refletido e compreendido.

É importante reconhecer que a presença do intérprete em sala de aula tem como objetivo tornar o conteúdo didático acessível ao aluno surdo. Pois a literatura mostra que no contexto escolar, principalmente aquele que envolve alunos mais novos, é impossível realizar uma função estritamente de intérprete.

Antia; Kreimeiyer, (2001) ainda fala que o intérprete participa das atividades, buscando dar acesso aos conhecimentos e isso se faz com tradução, mas ainda com sugestões e várias outras maneiras de interação essenciais à relação diária com o aluno surdo em sala de aula. No entanto se este desempenho não for claro para o intérprete, docente e aluno surdo, o trabalho acaba sendo pouco sucedido, pois que se desenvolvem de maneira indecisa, com desconfiança, desconforto e superposições.

Portanto os resultados mostraram que os pais entendem a deﬁciência do ﬁlho como alguma coisa que ocasiona uma angústia e que apresenta empenhos sociais, especialmente em relação ao trabalho. Os pais e os professores acreditam ser possível a inclusão escolar de crianças surdas, por idealizarem o desenvolvimento delas como existente e por considerarem a escola de ensino regular preparada para recebê-las.

  Analisa-se, que desde o primitivo documento preparado e voltado à formação do tradutor e intérprete de Libras, reconhecendo a importância desta formação profissional.

  A educação no ponto de vista escolar é uma ação de direitos humanos, e as pessoas com deficiências precisam ser participantes das escolas, as quais necessitam adaptar seu funcionamento para receber os alunos especiais. (Declaração de Salamanca, 1994). É dever da escola se afeiçoar-se ao estudante com deficiência para a inclusão de todos.

Percebe-se que a inclusão causa uma transformação no aspecto educacional, já que não se restringe a auxiliar apenas os educandos que expõem dificuldades na instituição escolar, mas apoia a todos, professores, alunos, diretor e coordenadores, para que alcancem sucesso no caminho educativo geral.

Portanto a educação inclusiva ostenta sucessivamente uma importância maior, incluso na expectativa de atender às grandes exigências de uma sociedade em ação de renovação, buscando incessantemente a democracia, que só será conseguida quando todo o ser humano, indiscriminadamente, obter acesso à informação, ao conhecimento e aos meios indispensáveis para a formação de uma cidadania plena.

Referencias bibliograficas

MACEDO, Rosemeire dos santos, **educação especial: leitura brailler,** Alto Aragauai – MT. 2015

DECLARAÇÃO de Salamanca **e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: CORDE, 1994.

LACERDA, C.B.F**. A inserção da criança surda em classe de crianças ouvintes: focalizando a organização do trabalho pedagógico**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23, 2000, Caxambú. Anais... Caxambú: ANPED, 2000.